



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

31/12/2010

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMEÇAR DE NOVO.....	1
1.2. PRISÃO.....	2
1.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	3 - 5
1.4. SISTEMA DIGIDOC.....	6
2. JORNAL AQUI	
2.1. INSTITUCIONAL.....	7 - 8
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. JULGAMENTOS.....	9
3.2. PRISÃO.....	10 - 11
3.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	12 - 13
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. COMARCAS.....	14 - 15
4.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	16 - 19
4.3. SISTEMA DIGIDOC.....	20
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. COMARCAS.....	21 - 23
5.2. CÂMARA CÍVEL.....	24 - 25
5.3. DESEMBARGADORES.....	26 - 29
5.4. JULGAMENTOS.....	30
5.5. SISTEMA CARCERÁRIO.....	31 - 33
5.6. VARA CRIMINAL.....	34
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. INSTITUCIONAL.....	35
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. SISTEMA CARCERÁRIO.....	36 - 39
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. DESEMBARGADORES.....	40
8.2. PRISÃO.....	41 - 42
8.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	43 - 46
8.4. SISTEMA DIGIDOC.....	47 - 48
9. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
9.1. SISTEMA CARCERÁRIO.....	49



Começar de Novo... As ações empreendidas pelo Projeto Começar de Novo, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), disponibilizaram até o final do mês de novembro, 1.281 vagas de emprego, distribuídas por todo o país e 1.485 vagas em cursos que qualificam e promovem a cidadania de presos egressos do sistema carcerário.

Cursos... O projeto objetiva promover ações de sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil para apoiar presos e egressos do sistema carcerário e cumpridores de penas e medidas alternativas. O CNJ coordena, em âmbito nacional, as propostas de trabalho e de cursos de capacitação profissional, estimulando a adoção de medidas que contribuam para a ressocialização dos quase 500 mil presos brasileiros.

Polícia Civil prende dois traficantes na Vila Luizão

Uma operação deflagrada pela Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), 7º Distrito policial e o Centro Integrado de Defesa Social (Cids) da área Norte, resultou na prisão, na tarde de quarta-feira (29) dos traficantes Olavo Gonçalves Amorim, de 22 anos, e Junielson Lisboa Nazareno, vulgo "Anita", 25 anos, no Bairro da Vila Luizão.

No momento da prisão, a dupla estava em uma quitinete que havia sido alugada para esta finalidade, localizada na Rua Boa Esperança, Vila Luizão.

Em poder dos acusados foram encontrados R\$

1.180,00 (em notas de R\$ 50, 20 e 10), 109 cabeças de crack prontas para uso, 175 gramas de crack para confeccionar, 250 gramas de maconha, 300 gramas de pasta base, 500 gramas de cocaína, além de quatro pulseiras, quatro cordões, oito anéis, um brinco, dois aparelhos de DVD, um aparelho de televisão e um som.

Indícios apontam que Olavo Amorim teria tido um suposto envolvimento no caso da morte de uma mulher, que foi atingida por um tijolo na cabeça, dentro de um coletivo, fato este ocor-

rindo na noite do último domingo (26).

Os dois traficantes foram autuados em flagrante no 7º Distrito Policial pelos crimes de tráfico e associação ao tráfico, e serão encaminhados para o Centro de Triagem (CT) em Pedrinhas, onde ficarão à disposição da Justiça.

FOTOS/INVESTIGAÇÃO



Os traficantes Olavo Amorim e Junielson Lisboa foram apresentados pela polícia

CASA NOVA

SSP transfere dez detentos para presídios federais

Pág. 11

SSP transfere dez detentos para presídios federais

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) transferiu, no início da manhã de ontem dez presos do Sistema Prisional do Maranhão para dois presídios federais de Segurança Máxima. Eles embarcaram em avião da Polícia Federal, sob o acompanhamento e a segurança de policiais e agentes penitenciários federais, encaminhados ao Estado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça (MJ).

Do total de presos transferidos, sete foram para a Penitenciária Federal de Catanduvas, no estado do Paraná e os outros três, para o Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul.

Todos os detentos que embarcaram são considerados de alta periculosidade pelos crimes cometidos e também por terem praticado atos violentos dentro das unidades prisionais, e inclusive alguns já estavam em trâmite processual para serem transferidos.

A transferência, segundo disse o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, é para evitar que aconteça algum motim e rebelião ou algum crime dentro das unidades prisionais do Estado, de acordo com o entendimento do Ministério da Justiça e a SSP.

A determinação é que o preso que cometer algum ato de violência dentro das unidades prisionais seja imediatamente

responsabilizado e transferido para presídios federais, conforme convênio firmado com o Depen, que disponibilizou um total de 50 vagas para o Sistema Prisional do Maranhão.

Outros vinte detentos já haviam sido levados para o Presídio Federal no estado do Mato Grosso no mês de novembro. A secretaria adjunta de Administração Penitenciária (SAAP) informou que está analisando a transferência de mais 10 internos, em data ainda a ser confirmada juntamente com o Depen e a Vara de Execuções Criminais e Penas Alternativas.



Dois presos são conduzidos por agente penitenciário e policial federal

Secretaria apura denúncia de pagamento por indulto

Falando em Complexo Penitenciário de Pedrinhas, a polícia já iniciou as investigações sobre denúncias de que presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas teriam irregularmente pago pelo benefício do indulto natalino. Segundo a denúncia, detentos teriam pago entre R\$400 e R\$2.500 para conseguirem liberdade durante o período natalino. O caso talvez não tivesse vindo a tona se todos os detentos que pagaram pelo benefício o tivessem conseguido receber.

Ainda de acordo com a acusação, um documento falso era encaminhado ao juiz de Execução Criminal, que autorizava o benefício aos detentos que não possuíam direito de sair da penitenciária durante o período natalino. Porém, a máfia começaria com um estagiário do Núcleo de Advocacia Voluntária que forjaria o documento de liberação. Por sua vez, este estagiário seria um ex-detento da penitenciária.

O caso foi noticiado recentemente pelo jornalista Marcial Lima, da Rádio Mirante AM e já foi encaminhado para a Corregedoria do Sistema Penitenciário

Acontecimentos

A PARTIR DO DIA 3 de janeiro de 2011 será implantado pelo TJ do Maranhão, o novo sistema de elaboração e tramitação de documentos e processos administrativos - digidoc. O sistema vai substituir o atual e-doc e permite, além das funções de abertura e movimentação de documentos e processos administrativos, a elaboração de documentos, despachos, pareceres, decisões e demais diligências, por meio de seu editor de texto...

JUSTIÇA

**PLANTÃO DO TJMA
RECEBEU MAIS DE
190 PROCESSOS**

CIDADES 4

▶ FIM DE ANO

JUSTIÇA DE PLANTÃO

Em nove dias de plantão, o Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu 192 pedidos de habeas corpus, mandados de segurança e agravos

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu 192 pedidos urgentes, dentre habeas corpus, mandados de segurança, agravos, entre outros, durante o plantão judiciário de 2º grau, iniciado em 20 de dezembro.

De 20 a 26 de dezembro foram apreciados 141 processos. Até a última quarta-feira, mais 50 processos chegaram ao plantonista da semana, o presidente Jamil Gedeon. Destes, 28 já foram despachados. Desde o dia 20, o expediente do TJMA funciona em esquema de rodízio de servidores para que a prestação do serviço jurisdicional não seja comprometida e com vistas ainda a atender os casos emergenciais.

De acordo com o regimento in-

terno do TJMA ficarão suspensos os prazos processuais do dia 20 de dezembro de 2010 a 20 de janeiro de 2011. Os expedientes devem ser cadastrados normalmente para publicação neste período, sendo que a contagem do prazo iniciará no dia 21 de janeiro de 2011. O plantão judiciário de 2º grau destina-se a apreciar medidas urgentes, nas esferas cível e criminal, como pedidos de liminares em habeas corpus e mandados de segurança contra atos de determinadas autoridades: liberdade provisória e decretação de prisão provisória; medidas cautelares, e outras, a critério do magistrado plantonista.

PROFESSORAS VENCEM PREFEITURA NA JUSTIÇA



As professoras pirapemenses Antonia Maria Frazão e Silvia Maria do Nascimento (fotos) estão satisfeitas, pois venceram, na Justiça, ação contra o prefeito Eliseu Moura. Por não terem votado em Eliseu, para prefeito de Pirapemas, as duas professoras foram perseguidas pela administração municipal e transferidas para lecionar em povoados distantes da sede do município. Ingressaram na justiça em março de 2009 e, agora, a Justiça lhes deu ganho de causa, derrubando Eliseu Moura e determinando que as professoras trabalhem na sede do município de Pirapemas.

O BAR DO ZÉ URSO

O Bar do Zé Urso tem se transformado em local de constantes reuniões dos professores, políticos e líderes comunitário de Pirapemas.

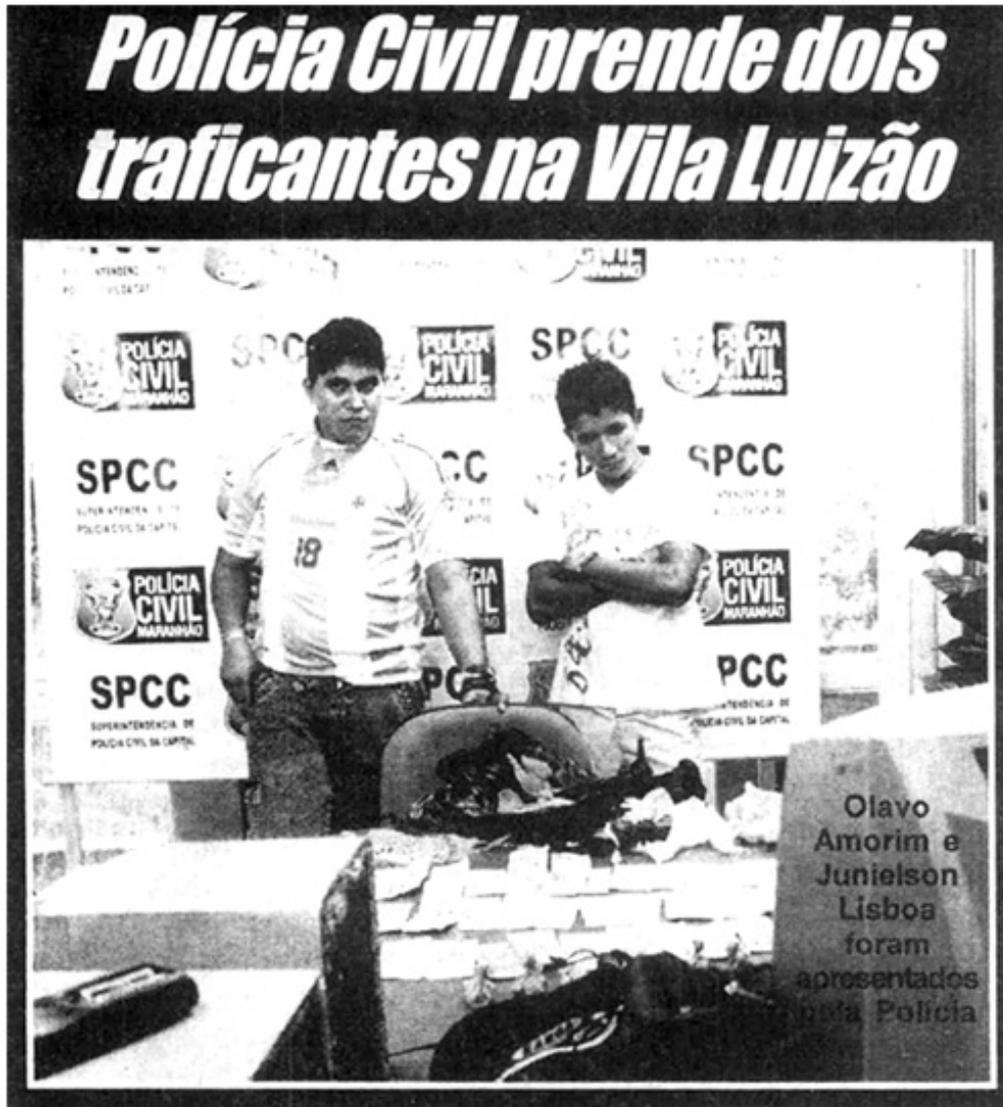
DESOBEDECENDO AO MP

Acordo feito entre a Prefeitura de Pirapemas e o Ministério Público, na presença dos vereadores do município, a fim de que o prefeito obedecesse às leis e enviasse as contas da administração para a Câmara analisar, não foi cumprido até agora. Mais um crime de improbidade administrativa do prefeito Eliseu Moura. Nem assim, o Ministério Público quer fazer o prefeito cumprir a lei.

Justiça não concede liminar para destruir casa e comércio



Outra pessoa que levou a administração de Eliseu Moura à Justiça foi a comerciante Socorro (foto), estabelecida no bairro da Inês. O prefeito quer tomar um terreno que, segundo testemunhas, ele mesmo doou a ela desde de 2001. Ninguém acredita que ele vá cumprir a promessa de construir um balneário na área, hoje, ocupada por Socorro com um comércio e com sua própria residência. Eliseu só começou a falar em construir balneário depois que Socorro disse que não votaria mais nele, já que trabalhou para ele na última campanha para elegê-lo e ele não cumpriu o compromisso de pagar o que lhe deve. A Justiça não concedeu liminar para a prefeitura de Pirapemas destruir os bens de Socorro, como queria o prefeito Eliseu Moura.



PÁGINA 10

Polícia Civil prende dois traficantes na Vila Luizão



Os traficantes Olavo Amorim e Junielson Lisboa foram apresentados pela polícia

Uma operação deflagrada pela Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), 7º Distrito policial e o Centro Integrado de Defesa Social (Cids) da área Norte, resultou na prisão, na tarde de quarta-feira (29) dos traficantes Olavo Gonçalves Amorim, de 22 anos, e Junielson Lisboa Nazareno, vulgo "Anita", 25 anos, no Bairro da Vila Luizão.

No momento da prisão, a dupla estava em uma quitinete que havia sido alugada para esta finalidade, localizada na Rua Boa Esperança, Vila Luizão.

Em poder dos acusados foram encontrados R\$ 1.180,00 (em notas de R\$ 50, 20 e 10), 109 cabeças de crack prontas para uso, 175 gramas de crack para

confeccionar, 250 gramas de maconha, 300 gramas de pasta base, 500 gramas de cocaína, além de quatro pulseiras, quatro cordões, oito anéis, um brinco, dois aparelhos de DVD, um aparelho de televisão e um som.

Indícios apontam que Olavo Amorim teria tido um suposto envolvimento no caso da morte de uma mulher, que foi atingida por um tijolo na cabeça, dentro de um coletivo, fato este ocorrido na noite do último domingo (26).

Os dois traficantes foram autuados em flagrante no 7º Distrito Policial pelos crimes de tráfico e associação ao tráfico, e serão encaminhados para o Centro de Triagem (CT) em Pedrinhas, onde ficarão à disposição da Justiça.

P O L Í C I A

SSP transfere dez detentos para presídios federais

Agente conduz preso para dentro de avião da PF, sob
acompanhamento de autoridades policiais maranhenses



➔ **SEGURANÇA MÁXIMA**

SSP transfere dez detentos para presídios federais

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) transferiu, no início da manhã de ontem (30), dez presos do Sistema Prisional do Maranhão para dois presídios federais de Segurança Máxima. Eles embarcaram em avião da Polícia Federal, sob o acompanhamento e a segurança de policiais e agentes penitenciários federais, encaminhados ao estado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça (MJ).

Do total de presos transferidos, sete foram para a Penitenciária Federal de Catanduvas, no estado do Paraná e os outros três, para o Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul.

Todos os detentos que embarcaram são considera-

dos de alta periculosidade pelos crimes cometidos e também por terem praticado atos violentos dentro das unidades prisionais, e inclusive alguns já estavam em trâmite processual para serem transferidos.

A transferência, segundo disse o secretário de Segurança Pública, Aluisio Mendes, é para evitar que aconteça algum motim e rebelião ou algum crime dentro das unidades prisionais do Estado, de acordo com o entendimento do Ministério da Justiça e a SSP.

A determinação é que o preso que cometer algum ato de violência dentro das unidades prisionais seja imediatamente responsabilizado e transferido para presídios federais, conforme convênio firmado com o Depen, que disponibilizou um

total de 50 vagas para o Sistema Prisional do Maranhão.

Outros vinte detentos já haviam sido levados para o Presídio Federal no estado do Mato Grosso no mês de novembro. A secretaria adjunta de Administração Penitenciária (SAAP) informou que está analisando a transferência de mais 10 internos, em data ainda a ser confirmada juntamente com o Depen e a Vara de Execuções Criminais e Penas Alternativas.



Comboio do Gate e do GTA seguem na BR 135 levando presos com destino ao aeroporto Cunha Machado

06

ADORAÇÃO

Comarca de Montes Altos promove culto



ADORAÇÃO

Comarca de Montes Altos promove culto

Pastores da Igreja Assembléia de Deus ministraram, na última terça-feira, 28, culto de adoração e louvor no salão do júri da Comarca de Montes Altos.

Após a coleta e distribuição de cestas básicas a famílias carentes, por meio da Campanha Natal Justo, servidores assistiram ao culto e agradeceram a Deus pelas vitórias obtidas em 2010.

"Apesar dos obstáculos, cumprimos nosso papel e temos certeza de que 2011 será um ano glorioso para todos nós", disse um deles.

A juíza Ana Lucrecia Bezerra Sodré Reis afirmou que as portas do fórum estarão sempre abertas a missas e cultos ecumênicos para a comunidade montealtense.



O culto foi realizado na própria Comarca

08

30 TRASFERIDOS

Secretaria de Segurança transfere dez detentos perigosos



30 TRASFERIDOS

SSP transfere dez detentos perigosos

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) transferiu, no início da manhã de ontem, quinta-feira, 30, dez presos do Sistema Prisional do Maranhão para dois presídios federais de Segurança Máxima. Eles embarcaram em avião da Polícia Federal, sob o acompanhamento e a segurança de policiais e agentes penitenciários federais, encaminhados ao estado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça (MJ).

Do total de presos transferidos, sete foram para a Penitenciária Federal de Catanduvas, no estado do Paraná e os outros três, para o Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul.

Todos os detentos que

embarcaram são considerados de alta periculosidade pelos crimes cometidos e também por terem praticado atos violentos dentro das unidades prisionais, e inclusive alguns já estavam em trâmite processual para serem transferidos.

A transferência, segundo disse o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, é para evitar que aconteça algum motim e rebelião ou algum crime dentro das unidades prisionais do Estado, de acordo com o entendimento do Ministério da Justiça e a SSP.

A determinação é que o preso que cometer algum ato de violência dentro das unidades prisionais seja imediatamente responsabilizado e transferido para presídios federais, conforme convênio

firmado com o Depen, que disponibilizou um total de 50 vagas para o Sistema Prisional do Maranhão.

Outros vinte detentos já haviam sido levados para o Presídio Federal no estado do Mato Grosso no mês de novembro. A secretaria adjunta de Administração Penitenciária (SAAP) informou que está analisando a transferência de mais 10 internos, em data ainda a ser confirmada juntamente com o Depen e a Vara de Execuções Criminais e Penas Alternativas.



Agente conduz preso para dentro de avião da Polícia Federal em São Luís

POLÍCIA

SECRETARIA INVESTIGA DENÚNCIA DE QUE PRESOS PAGARAM POR INDULTO

A polícia já iniciou as investigações sobre denúncias de que presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas teriam realizado pagamentos para obter, de forma irregular, o benefício do indulto natalino. PAG.08

Secretaria investiga denúncia de que presos pagaram por indulto

A polícia já iniciou as investigações sobre denúncias de que presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas teriam realizado pagamentos para obter, de forma irregular, o benefício do indulto natalino. O caso, que já foi encaminhado para a Corregedoria do Sistema Penitenciário, foi noticiado, em primeira mão, pelo jornalista Marcial Lima, da Rádio Mirante AM.

De acordo com a denúncia, alguns detentos teriam pago quantias que variavam

entre R\$400 e R\$2.500 para conseguirem liberdade durante o período natalino. No entanto, o caso poderia ter passado despercebido se todos os detentos que pagaram estes valores para sair da penitenciária tivessem conseguido receber o benefício. Alguns presos pagaram e não conseguiram passar o Natal fora da cadeia.

Ainda de acordo com a denúncia, um documento falso era encaminhado ao juiz de Execução Criminal, que autorizava o benefício aos detentos que não pos-

sufam direito de sair da penitenciária durante o período natalino. Porém, a máfia começaria com um estagiário do Núcleo de Advocacia Voluntária que forjaria o documento de liberação. Por sua vez, este estagiário seria um ex-detento da penitenciária.

TREINAMENTO

Tribunal realiza segunda etapa do DigiDoc

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizou ontem, quinta-feira, 30, a segunda etapa do treinamento sobre o novo sistema de tramitação de documentos e processos administrativos (DigiDoc), que será operacionizado a partir da próxima segunda-feira, 3 de janeiro, no âmbito do Judiciário estadual. Com a ferramenta, os documentos e processos administrativos passam a tramitar eletronicamente, reduzindo drasticamente os custos com papel e tinta, conforme as metas 6 e 10 do Judiciário nacional.

O sistema DigiDoc dispensará o uso de comunicação impressa ou digitalizada de documentos e processos. Poderá ser acessado por magistrados e servidores pela internet, de qualquer parte do Estado, por meio do sistema Sentinela, para efetuar aprovação de requisições de servidores, produção de documentos, despachos, pareceres e outras diligências.

"A implantação do DigiDoc significa não somente a redução dos custos na tramitação das demandas. De extrema funcionalidade, o novo sistema vem modernizar e dar mais agilidade aos procedimentos administrativos entre os órgãos do Tribunal, resultando em mais eficiência e segurança", explicou o diretor de Informática do

TJMA, Paulo Rocha Neto.

Participaram da capacitação os servidores com cargos de chefia que ficarão responsáveis pelo uso do Certificado Digital - assinatura eletrônica necessária para movimentação do novo sistema de tramitação virtual de documentos oficiais.

Para garantir a segurança e veracidade dos documentos, o Tribunal adotou dois tipos de certificados digitais para desembargadores, juízes e servidores, a serem utilizados pelos usuários para validar os atos.

VANTAGENS - Dentre outras vantagens, a adoção do sistema vai resolver situações como o alto número de processos físicos, a falta de espaço para armazená-los e a dificuldade de acesso pelos usuários. Vai permitir ainda a assinatura em lote de processos que eram assinados manualmente.

Os usuários do sistema serão notificados da entrada de documento e movimentação dos processos no interior do Tribunal, o que agilizará os serviços e a tomada de decisões.

DÚVIDAS - Para buscar orientação sobre a liberação do certificado digital, cadastramento de usuários e sobre o funcionamento do sistema, o servidor poderá ligar para o telefone 2106-9595 ou utilizar o e-mail digidoc@tjma.jus.br.

27- O Ministério Público estadual pede intervenção no município de Caxias porque o prefeito Humberto Coutinho descumpriu a determinação judicial da 1ª Vara daquela Comarca de conceder alvará à empresa que ganhou a licitação para construir mil unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal.

Casamentos em oito comarcas uniram mais de 1.400 casais

Além da cerimônia realizada pela Corregedoria Geral da Justiça, os noivos ganham bolo confeitado e salgadinhos variados, decoração e sorteio; pela animação que envolve a festa, as núpcias coletivas caíram no gosto popular

Os casamentos comunitários estiveram em alta, durante o ano, no interior do Maranhão. Como parte dos pilares do trabalho da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) na área social, os eventos promoveram direitos aos participantes e passaram a constar entre as metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A corregedoria reservou destaque a eles no seu planejamento estratégico para 2011.

Em oito comarcas, as cerimônias reuniram 1.459 casais, com destaque para Colinas – o campeão de bodas em 2010 – e Zé Doca. As duas comarcas atraíram o maior número de interessados em iniciar uma união estável: 900 casais. Os dois casamentos ocorreram em novembro.

Foram apenas 17 casais em Apicum-Açu, termo judiciário da Comarca de Bacuri (Baixada Maranhense), mas nem por isso menor em empolgação. Cerca de 600 pessoas – entre parentes, amigos e convidados – lotaram a Assembleia de Deus, em 8 de julho, para a cerimônia oficializada pelo juiz Marco Adriano Fonsêca.

Um público estimado em mais de 6 mil pessoas tomou conta da Praça do Viva, em Zé Doca (316km de São Luís), na noite de 25 de novembro, para aplaudir 450 casais de noivos de Governador Newton Bello e Araguaã, termos judiciários.

“Todos os inscritos compareceram. A divulgação do casamento foi feita com três meses antes, por meio da mídia, agentes comunitários e serviço de som em bici-



Os juizes Marcelo Oka, Mirella Freitas, Marcelo Rego e Adelman Nascimento em frente aos bolos

cleta”, informou a juíza Gisele Rondon, que convidou outros 12 magistrados para auxiliá-la.

“Vejo os casamentos comunitários como uma grande festa da cidadania. A oportunidade ideal para homens e mulheres que construirão uma vida nova, plena em direitos e deveres, e querem que esses princípios sejam herdados a seus filhos”, diz o corregedor Antonio Guerreiro Júnior.

Animação - Música, bolo, lanches e quitutes variados, decoração no capricho e sorteio ou distribuição de brindes (geralmente eletrodomésticos, com chancela dos empresários locais) tem sido uma constante nos casamentos comunitários. Em Zé Doca, os noivos tiveram direito a jantar especial na sede da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) e a um jogo de toalhas.

Pela animação que envolve a festa e preparativos, as núpcias coletivas caíram no gosto popular. Bom

para os noivos e para o comércio.

Em Olho d'Água das Cunhãs, os comerciantes estavam animados com as festas, jantares e a programação em torno do acontecimento. Um dos setores foi o de aluguel de roupas. “O casamento comunitário mexeu com a economia local”, constatou a juíza Josane Braga.

Colinas (Centro-Sul do estado), noite de 23 de novembro. O juiz Marcelo Oka está à frente do segundo casamento comunitário da Comarca a 449km de São Luís. A Praça Dias Carneiro se torna pequena para convidados e comunidade que foram cumprimentar os 480 casais de Colinas e do termo Jatobá.

Aos noivos, daminhas de honra. Advogados, comerciantes e políticos ofereceram televisões e fogões a dezenas de recém-casados. A Corregedoria

ofertou bolo de três metros, lanches e camisas a mais de mil participantes, e foi representada pela diretora Sumaya Heluy.

Dezembro - Maio, mês das noivas? Dezembro, para as noivas de Açailândia, Olho d'Água das Cunhãs e Pinheiro. O calendário de casamentos comunitários começou em junho.

Açailândia não realizava eventos do gênero há mais de três anos. No dia 14 deste mês, reuniu 120 casais na Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias.

Em Olho d'Água das Cunhãs, 280 casais se habilitaram para a cerimônia do dia 16, na Secretaria Municipal de Assistência Social. Em Pinheiro, dia 18, 60 casais disseram o "sim" na Colônia de Pescadores Z-13.

Em 2010, o calendário de casamentos comunitários no estado foi aberto por Pastos Bons, em junho, com 99 casais: 43 deles da sede e outros 56 do termo Nova Iorque. Conduziu a ação a juíza Mirella Cezar Freitas, titular de Paraibano.

Pelo empenho dos juízes, em 2011 os casamentos comunitários serão obrigatórios no cronograma de trabalho das comarcas maranhenses.

Para 2011 - Marco Adriano Fonsêca realizará cerimônia na Praça da Matriz São Sebastião, às 17h de 19 de janeiro, uma parceria da serventia extrajudicial de Bacuri com as igrejas católica e evangélica e prefeituras de Bacuri e Apicum-Açu.

O juiz André Santos, da 2ª Vara

de Açailândia e diretor do fórum, quer contemplar no próximo ano os termos São Francisco do Brejão e Cidelândia.

O juiz Júlio Praseres, da 2ª Vara de Pinheiro, fala em matrimônios mensais com segmentos específicos da comunidade.

"Está nos planos da Corregedoria para o ano novo um grande casamento comunitário em São Luís", antecipou Guerreiro Júnior.

O casamento civil regula a união do homem e da mulher e estabelece direitos e deveres mútuos.

Coloca-os na condição de consortes ou partícipes quanto aos bens patrimoniais, e de companheiros e responsáveis pelos encargos da família, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges.

FOTOS/LIVVUIGACAO



A juíza Gisele Rondon celebra casamento realizado em Zé Doca

14 - A 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão decide reintegrar o delegado Luís Moura e sua esposa, a agente Ilce Gabina, aos quadros da Polícia Civil. Acusado de envolvimento no seqüestro e morte do prefeito de Poção de Pedras, Raimundo Nonato da Silva, o Borges, o casal teve o ato de exoneração anulado, sob a alegação de que o processo foi ilegal.

13- Em entrevista exclusiva ao repórter Honório Jacometo, da TV Mirante, o empresário Alessandro Martins nega suposta proteção de desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão e que tivesse fugido para o Rio de Janeiro.

19 - O Tribunal de Justiça do Maranhão aplica pena de aposentadoria compulsória ao juiz Fernando Barbosa de Oliveira Júnior, acusado de alugar prédios públicos a terceiros, especulação imobiliária e uso indevido do cargo ao negociar terrenos em Barreirinhas.

6 - O Tribunal de Justiça confirma o afastamento dos juízes Abrahão Lincoln Sauáia e Arimatéia Correia Silva, titulares da 6ª e 7ª Varas Cíveis de São Luís, respectivamente. Os dois magistrados já haviam sido removidos de suas funções em fevereiro, por decisão do Conselho Nacional de Justiça.

26 - A desembargadora Nelma Silva Sarney Costa decreta a ilegalidade da greve dos professores da rede municipal de ensino de São Luís, iniciada em 19 de maio. A magistrada deferiu pedido de tutela antecipada ajuizada no Tribunal de Justiça do Maranhão pela Procuradoria-Geral do Município (PGM) de São Luís.

11 - Mais um juiz do Maranhão é afastado por decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Megbel Abdalla Tanuz foi acusado de cometer irregularidades à frente da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís. O CNJ acatou relatório de sindicância assinado pelo ministro Gilson Dipp. O documento tomou como base investigação feita pela Corregedoria Geral de Justiça. Abdalla foi o terceiro juiz maranhense afastado pelo conselho.

23 - O Tribunal de Justiça do Maranhão manda afastar o prefeito de Benedito Leite, Raimundo Coelho Júnior, por fraude em licitação.

Denunciada a venda de indulto em penitenciária

Secretaria de Segurança investiga denúncia de que presos estariam pagando propina de até R\$ 2 mil para obter direito à saída temporária; inquérito será instaurado

Saulo Maclean
 Da editoria de Polícia

A Corregedoria do Sistema Penitenciário do Maranhão abriu inquérito administrativo para apurar denúncias de presos da Penitenciária de Pedrinhas que estariam pagando propina para terem direito a saídas temporárias. A informação foi divulgada, ontem, pelo repórter Marcial Lima (Mirante AM), que teve acesso a nomes de alguns detentos que receberam o benefício e também de um ex-presidiário, que hoje atua como estagiário de Direito, que estaria por trás do esquema ilegal.

Manasses Marthan Viana, segundo informações, estaria prestando serviços ao Núcleo de Advocacia Voluntária do Maranhão (NAV), projeto implantado com apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O órgão, que presta assistência jurídica gratuita a presos e famílias que não podem pagar um advogado, também já passou a ser investigado. O nome da coordenadora, Marilene Aranha Carneiro Silveira, teria sido citado por alguns presos.

Na divulgação, feita no Programa "Ponto Final", do jornalista Roberto Fernandes, Marcial Lima citou pelo menos dois presos beneficiados, mediante ao pagamento de propina. Luis Henrique Pinheiro Almeida, que cumpre pena por assalto, teria desembolsado R\$ 2.500,00. Outro detento citado foi Rafael Carvalho Gonçalves, também sentenciado pelo mesmo tipo de crime. Este inclusive foi surpreendido dentro de um túnel durante uma tentativa de fuga, na penitenciária.

Segundo divulgou o repórter da Mirante AM, a fraude só foi descoberta porque alguns presos - que pagaram a propina - não receberam a saída temporária. Na lista dos presos não beneficiados pelo esquema ilegal, foram citados Antônio Bina, Fábio Henrique Moreira e Rosivaldo Ribeiro da Silva. Os três, conforme a denúncia, teriam pago respectivamente, R\$ 2 mil, R\$ 400,00 e R\$ 750,00, porém não ganharam a oportunidade de passar o Natal e o Ano-Novo com a família.

O secretário-adjunto de Segurança Pública, Laércio Costa, disse ontem que a SSP já está acom-

panhando o caso, porém, descartou a conivência da coordenadora do Núcleo de Advocacia Voluntária do Maranhão no esquema. Ainda de acordo com a denúncia, a fraude consistia no envio de um documento falso ao juiz de Execução Criminal, que, por sua vez, autorizava o benefício aos detentos não aptos para receberem a saída temporária.

"O corregedor do sistema, Júlio César Lemos, já providenciou a coleta de depoimentos dos presos que fizeram a denúncia. Acionamos o secretário-adjunto de Administração Penitenciária, João Bispo Serejo, que já informou que o Manasses Viana é um ex-presidiário que vive em regime de prisão domiciliar. Ainda não sabemos quantas pessoas estão diretamente envolvidas na fraude. O que sabemos, a princípio, é que o estagiário de Direito é quem recebia o dinheiro dos detentos", disse Laércio Costa.



Detentos beneficiados com a saída temporária do Natal; pagamento de propina será investigado

Mais

Esta é a terceira denúncia grave envolvendo detentos do Sistema Penitenciário do Maranhão. Na seqüência de denúncias que repercutiram, inclusive no país, listam-se a rebelião ocorrida no início de novembro, no Presídio São Luís de Segurança Máxima e na Penitenciária de Pedrinhas, onde 18 presos foram assassinados. Outro caso que também ganhou destaque na mídia nacional foi a conduta indevida de detentos beneficiados pelo regime semi-aberto que, em vez de trabalhar fora do presídio durante o dia, se divertiam e praticavam novos crimes nas ruas.

Gilson Teixeira

Transferidos



Policial federal conduz um dos 10 presos do sistema prisional do Maranhão para o avião que os levou para presídios federais de segurança máxima, em Mato Grosso do Sul e no Paraná. Todos os presos são considerados de alta periculosidade. **Polícia C6**

SSP transfere detentos para presídios federais em Catanduvas e MS

Presos transferidos participaram do último motim, que resultou na morte de 18 pessoas

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) transferiu no início da manhã de ontem 10 presos do Sistema Prisional do Maranhão para dois presídios federais de Segurança Máxima. Eles embarcaram em avião da Polícia Federal, sob o acompanhamento e a segurança de policiais e agentes penitenciários federais, encaminhados ao estado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça (MJ). Do total de presos transferidos, sete foram para a Penitenciária Federal de Catanduvas, no estado do Paraná, e os outros três, para o Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul.

Todos os detentos que embarcaram são considerados de alta periculosidade pelos crimes cometidos e também por terem praticado atos violentos dentro das unidades prisionais, e inclu-

sive alguns já estavam em trâmite processual para serem transferidos. A transferência, segundo o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, é para evitar que aconteça algum motim e rebelião ou algum crime dentro das unidades prisionais do Estado, de acordo com o entendimento do Ministério da Justiça e a SSP.

A determinação é que o preso que cometer algum ato de violência dentro das unidades prisionais seja imediatamente responsabilizado e transferido para presídios federais, conforme convênio firmado com o Depen, que disponibilizou um total de 50 vagas para o Sistema Prisional do Maranhão. Outros 20 detentos já haviam sido levados para o Presídio Federal no estado do Mato Grosso em novembro. A secretaria adjunta de Administração Penitenciária (SAAP) informou que está analisando a transferência de mais 10 internos, em data ainda a ser confirmada juntamente com o Depen e a Vara de Execuções Criminais e Penas Alternativas.



Policiais acompanham os detentos que foram transferidos ontem

10 - O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) afasta o juiz Reinaldo de Jesus Araújo, da 7ª Vara Criminal de São Luís. Ele foi o quarto magistrado maranhense a receber esse tipo de punição do CNJ. Na mesma sessão, o conselho decidiu pela instauração de um processo disciplinar contra o juiz Douglas Ferreira Amorim, da 3ª Vara Cível da capital, sem, no entanto, afastá-lo das funções.

■ Acesso à justiça

O acesso à Justiça é um direito de todos, mas custa caro. Além da quantia cobrada pelo advogado, é preciso somar também as custas do processos, taxas que reforçam o orçamento dos tribunais. Os valores variam pelo país. E, de acordo com um estudo do Conselho Nacional de Justiça, quanto mais pobre o estado, mais elevadas as custas. São Paulo, Distrito Federal e Santa Catarina cobram os menores valores; enquanto que Paraíba, Piauí e Maranhão têm as maiores custas processuais.

FRAUDES NO INDULTO NATALINO

Secretaria de Segurança apura denúncias de manipulação em documentos que liberavam presos, mesmo sem as condições determinadas pela Lei de Execuções Penais, para passar período natalino e de final de ano com suas famílias. Esquema envolvia pagamento de propinas entre R\$ 400 e R\$ 2.500

PÁGINA 11

Liberdade comprada

Detentos denunciam venda de saídas temporárias do Sistema Penitenciário de Pedrinhas. Autoridades mandam investigar

SANDRA VIANA

Sete detentos da Penitenciária de Pedrinhas foram interrogados sobre denúncias de fraude na concessão de indulto natalino. Na tarde de ontem, o corregedor do Sistema Penitenciário, Júlio César Lemos, esteve na detenção para apurar as denúncias, após determinação do secretário em exercício da Segurança, Laércio Costa. Neste primeiro momento, informou o corregedor, serão avaliados os depoimentos dos presos, em seguida, um delegado vai ser destacado para investigar o caso, que deve ir à Delegacia de Pedrinhas e, por fim, listados os nomes de outros envolvidos a passar por interrogatório. Segundo a denún-

cia, detentos sem as condições determinadas pela Lei de Execuções Penais estariam recebendo benefícios, a exemplo das saídas temporárias de Natal e ano-novo. Para tanto, os detentos pagavam valores entre R\$ 400 e R\$ 2.500. Aqueles que pagaram e não teriam recebido a concessão resolveram denunciar a fraude. Ainda segundo a denúncia, um dos presos liberados para passar o Natal com a família tentou fuga há algumas semanas. Não foi avaliado há quanto tempo o caso ocorria nem quantos detentos podem ter sido irregularmente beneficiados. O caso também é investigado pela Cortegedoria do Sistema Penitenciário e Vara de Execuções Penais.

O esquema consistia na manipulação do documento de liberação dos presos. A petição pode ser requerida pelo próprio preso, advogado por este constituído, familiares deste, Defensoria Pública, Sistema Penitenciário e, por fim, pelo Núcleo de Advocacia Voluntária do Encarcerado, órgão ligado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que atua em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ). Uma vez reunidas as informações referente aos detentos que reúnem condições, o pedido é enviado à Vara de Execuções Penais, coordenada pelo Juiz Jamil Aguiar. Lá, o juiz analisa as informações e defere ou não o pedido. Só então o documento é enviado ao Siste-

HONÓRIO MOREIRA/OIMP/D.A.PRESS



ma Penitenciário, que cumpre a determinação. É justamente na concessão deste documento que estaria a fraude, segundo a denúncia dos detentos. Foi denunciado ainda a compra de Atestado de Boa Conduta Carcerária, este emitido pela direção da unidade prisional. Para receber benefícios a exemplo das saídas temporárias, o preso precisa ter cumprido 1/6 da pena, apresentar bom comportamento e não ter cometido qualquer infração dentro da cadeia no período mínimo de seis meses, segundo a Lei de Execução Penal (LEP).

“Pode ter ocorrido que o voluntário citado na denúncia fez alguma petição de forma autônoma por meio de cobrança ao preso e enviou à Justiça, que deferiu”, disse a coordenadora do Núcleo de Advocacia Voluntária, Marilene Aranha Carneiro Silveira. O voluntário citado na denúncia é Manassés Martan Viana, que é cumpre prisão domiciliar, cursa Direito e colabora com o Núcleo. Ele foi afastado da entidade após as denúncias. Ainda segundo ela, não há como a documentação que sai da entidade ser fraudada. “Nosso sistema é interligado com os demais órgãos referentes que analisam toda a documentação enviada em conjunto”, explica a coordena-

dora. Marilene atribuiu a denúncia a questões políticas e insatisfação de presos. Disse ainda existir casos, anualmente, de detentos que têm direito a benefícios, mas não são agraciados. Segundo ela, nem todos os pedidos são avaliados pela Vara de Execuções por causa da demanda. “Eles não têm tempo hábil para analisar os pedidos e os detentos é que são penalizados”, justifica. Ela citou os casos dos detentos Antônio Domingos da Silva Gomes, do semiaberto, com direito à saída no feriado do Dia das Crianças e agora, no Natal; e Benjamim Silva Batista, do semiaberto, que também reúne os critérios. Ambos não tiveram os benefícios concedidos. Situações como estas, diz ela, deixam os presos revoltados e levam a atitudes como a denúncia em questão.

A coordenadora rebateu o caso do detento Luis Henrique Pinheiro Almeida que teria pago R\$ 2.500 para receber indulto natalino. Mostrando o sistema online da entidade, ela apontou estar o detento em livramento condicional, cujo pedido de indulto do dia 12 de outubro foi deferido. Mostrou ainda a lista de retorno, datada de 14 de outubro e constando o nome do referido. “Trabalhamos com a perspectiva de ressocialização do

preso”, disse Marilene Aranha sobre conceder ao detento o direito conquistado.

O Núcleo foi criado junto ao CNJ e atua há dois anos intermediando junto ao poder público benefícios devidos aos detentos. Além da Petição de Indulto são requeridos pedidos de progressão de regime, levantamento de condicional, trabalho externo, encaminhamento de denúncias de presos, realização de cultos e arrecadação de doações aos detentos. Neste período foram cerca de dois mil atendimentos realizados. No caso de pedidos que venham dos próprios detentos ou familiares, o Núcleo se encarrega de contatar a comarca de origem, o Ministério Público (MP) e a SSP. A coordenadora se respalda dizendo ser a entidade “séria e ligada a um órgão nacional”. Reitera ainda ser advogada há 17 anos e sabedora da situação de insatisfação vivida pelos detentos no sistema prisional do estado. “Vamos aguardar as apurações, mas tenho a consciência limpa que nem eu nem nossos funcionários receberam qualquer quantia para emitir Petições”, afirma a coordenadora. O Núcleo possui seis funcionários do quadro fixo e voluntários graduados em Direito ou estudantes do curso enviado pelas institui-

“Pode ter ocorrido que o voluntário citado na denúncia fez alguma petição de forma autônoma”

MARILENE ARANHA SILVEIRA

Coordenadora do Núcleo de Advocacia Voluntária

ções de ensino superior.

Apuração imediata

O conteúdo da Petição de In-

dulto em conformidade com a Lei de Execuções Penais (LEP) garante a concessão do benefício ao detento. Quem afirma é o juiz titular da Vara de Execuções Penais, Jamil Aguiar da Silva, explicando que, uma vez enviado ao órgão o documento, este é analisado pelo texto que deve estar adequado à LEP. Ele explica ainda não haver investigação da veracidade de conteúdo da Petição pela Vara, pois esta já vem chancelada pelo órgão competente.

O juiz conversou com a reportagem quando se preparava para sair de São Luís, mas disse já ter tomado as providências quanto às denúncias. Ele vai requerer à Corregedoria toda o processo referente a denúncia para avaliação. “Qualquer um pode subscrever uma Petição. O que nos cabe julgar é a concordância com a LEP”, disse o

juiz. A ilegalidade, reiterou ele, só pode ter partido de quem emitiu o documento, aí se houve, cabe a polícia apurar. Jamil Aguiar diz ainda serem dois os critérios fundamentais para a concessão de indulto: objetivo (o cumprimento da pena) e subjetivo (o bom comportamento). Para o indulto de Natal, a SSP emitiu duas Portarias, nos dias 21 e 22 deste mês, somando um total de 169 presos beneficiados, que devem retornar no dia 3 de janeiro ou serão considerados foragidos.

ABRAÇO DO DIA

O nosso abraço desta sexta-feira vai para a juíza de Montes Altos, Ana Lucrecia Bezerra Sodré Reis, que abriu as portas do fórum, na última terça-feira, para os pastores da Igreja Assembleia de Deus ministraram um culto de adoração e louvor, com distribuição de cestas básicas a famílias carentes, por meio da Campanha Natal Justo. Ao final do culto, Ana Lucrecia afirmou que as portas do fórum estarão sempre abertas a missas e cultos ecumênicos para a comunidade montealtense.

Polícia prende homem acusado de estupros em áreas nobres de S. Luís

A polícia prendeu, na madrugada de ontem, dois homens, um deles acusado de praticar vários assaltos e estupros na capital. Antônio de Pádua Alves de Sousa, 32 anos, foi preso no Bairro do Coqueiro/Estiva, enquanto Adriano Henrique Coelho Silva, 25 anos, foi capturado acusado de fornecer armas para Antônio. Com ele, a polícia apreendeu dinheiro, revólveres e munição. **ÚLTIMA PÁGINA**

Polícia captura homem acusado por estupros em áreas nobres da capital

Vítimas eram assaltadas, depois violentadas sexualmente pelo acusado

POR JULY CAMILO

Na madrugada de ontem, uma ação em conjunto entre a Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) e a Delegacia Especial da Mulher (DEM) prendeu dois homens, um deles acusado de praticar vários assaltos e estupros na capital. Antônio de Pádua Alves de Sousa, 32 anos, foi preso no Bairro do Coqueiro/Estiva, onde reside, por volta de 5h30, e contra ele existia um mandado de prisão preventiva, expedido pelo juiz Douglas Martins por assalto e estupro. Adriano Henrique Coelho Silva, 25 anos, residente no São Bernardo, também foi preso acusado de fornecer as armas para Antônio. Com ele, a polícia apreendeu dinheiro, revólveres e munição.

Segundo o superintendente da Seic, o delegado Marcos Afonso Júnior, há um mês a Superintendência entrou no caso que já estava sendo acompanhado pela delegada Kazumi Tanaka, da Delegacia Especial da Mulher (DEM). Ele revelou que, após inúmeras investigações e denúncias das vítimas de estupro e assaltos, foi possível localizar Antônio de Pádua. "Ficamos três dias de campana e conseguimos prendê-lo. Ele é um elemento violento e de alta periculosidade. Fez pelo menos quatro vítimas, todas moradores de áreas nobres da capital. A abordagem era feita na porta de suas residências, con-



Adriano fornecia armas para Antônio assaltar e estuprar

domínios e estabelecimentos comerciais", declarou.

De acordo com o delegado, o acusado já praticou vários assaltos na capital e agora teria agregado o estupro ao outro delito. De acordo com Marcos Afonso, Antonio de Pádua chegou a agredir violentamente uma de suas vítimas que teria reagido e por pouco não quebrou seu pescoço. "O íkrim atestou que a violência do soco foi tão forte que além de deformar o rosto da mulher por pouco ela não veio a óbito. Outra vítima foi estuprada na frente do namorado. Normalmente, as mulheres eram levadas

para lugares ermos e abandonadas após o ato. Temos quase certeza que ele fez mais vítimas, mas pelo constrangimento do crime algumas têm receio em denunciar", afirmou.

A polícia prendeu ainda Adriano Henrique, acusado de fornecer as armas para que Pádua praticasse os delitos. Com ele, os policiais apreenderam mais de R\$ 600, dois revólveres calibre 38 e seis munições. Ele foi autuado em flagrante por porte ilegal de arma, enquanto Pádua responderá por assalto e estupro. Os dois foram encaminhados para o Centro de Triagem em Pedrinhas.

JUNIOR FOICINHA

DENÚNCIA DE FRAUDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Detentos estariam pagando propina para ter direito a saída temporária

Detentos da Penitenciária de Pedrinhas denunciaram à Corregedoria do Sistema Penitenciário do Maranhão a existência de uma suposta fraude para beneficiar presidiários com as saídas temporárias, mediante o pagamento de propinas. Os presos que fizeram a denúncia teriam sido vítimas de calote, alegando que pagaram valores de até R\$ 2 mil, mas não saíram durante o indulto do Natal. ÚLTIMA PÁGINA

FRAUDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Detentos pagam 'propina' para ter direito a saída temporária

Alguns presidiários foram vítimas de calotes e denunciaram o crime para a Secretaria de Segurança

POR WELLINGTON RABELLO

Detentos da Penitenciária de Pedrinhas denunciaram à Corregedoria do Sistema Penitenciário do Maranhão a existência de uma suposta fraude para beneficiar presidiários com as saídas temporárias, mediante o pagamento de propinas. Os presos que fizeram a denúncia teriam sido vítimas de calote, alegando que pagaram valores de até R\$ 2 mil, mas não saíram durante o indulto do Natal.

De acordo com as informações colhidas pela redação do Jornal Pequeno, a fraude acontece há bastante tempo e visa beneficiar aqueles presidiários que não possuem os requisitos para terem direito à saída temporária, por não apresentarem bom comportamento, por exemplo. O golpe seria praticado junto ao Núcleo de Advocacia Voluntária, por meio da adulteração dos documentos dos presos a fim de mudar o regime de prisão do detento.

A fraude seria facilitada pelo fato de o Núcleo atuar dentro da penitenciária, justamente para cuidar da documentação dos presos. Essa atividade, feita de forma voluntária, é subordinada ao Conselho Nacional de Justiça e é monitorada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Grupo de Monitoramento, Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, que tem à frente o desem-

bargador José de Ribamar Froz Sobrinho.

A coordenação do Núcleo de Advocacia é da advogada Marilene Aranha Carneiro Silveira, que é apontada como uma das mentoras da fraude junto com o estagiário de Direito, Manassés Marthan Viana, que é presidiário, mas está cumprindo pena em regime domiciliar. Eles elaborariam os documentos que eram assinados pelo juiz da Vara de Execuções Penais, Jamil Aguiar, sem que este soubesse que estava autorizando a liberdade de presos problemáticos e que não deveriam usufruir de tal benefício.

Segundo a denúncia, um desses presos pode ter sido Rafael Carvalho Gonçalves, que conseguiu o benefício, mas há um mês foi encontrado dentro de um túnel tentando fugir da penitenciária. Existe a suspeita de que a saída temporária dele tenha sido por meio da fraude e que ele tenha pago propina para isso. Quem também saiu, beneficiado pela fraude, foi Luís Henrique Pinheiro Almeida, que teria pago a quantia de R\$ 2.500.

Pagou e não saiu – Já outros não tiveram a mesma sorte que ele, como Antônio Bina que pagou R\$ 2 mil e não saiu, tendo inclusive depositada o dinheiro na conta de Manassés Viana. Fábio Henrique Moreira e Rosivaldo Ribeiro da Silva pagaram R\$ 400 e R\$ 700, respectivamente, mas foram enganados e também não tiveram o

direito de passar o Natal.

Os denunciantes afirmam que existiu saída que custou até R\$ 5 mil. E que, se não tiver participação direta no golpe, Marilene Aranha estaria fazendo "corpo mole" para que o caso não fosse investigado.

Em contato com o JP, o secretário de Segurança em exercício, Laércio Costa, informou que, logo após ter tomado conhecimento das denúncias, determinou que o corregedor adjunto do Sistema Penitenciário, Júlio César Lemos Melo, fosse até a penitenciária e ouvisse todos os detentos citados como envolvidos na fraude, mas que não foram beneficiados. E que, após a conclusão dos relatórios pelo corregedor, eles serão encaminhados para o secretário Aluísio Mendes que deverá designar um delegado para abrir um inquérito e investigar o caso.

A redação tentou manter contato ainda com o juiz Jamil Aguiar e com o desembargador Froz Sobrinho. O primeiro está de recesso e não há outro juiz que responda pela Vara de Execuções Penais, enquanto o desembargador estaria viajando e não foi localizado por sua assessoria.

Secretaria de Segurança transfere dez detentos para presídios federais



Presos são conduzidos para o avião da Polícia Federal, que os levou para dois presídios federais de segurança máxima

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) transferiu, ontem, dez presos do Sistema Prisional do Maranhão para dois presídios federais de Segurança Máxima. Eles embarcaram em avião da Polícia Federal, sob o acompanhamento e a segurança de policiais e agentes penitenciários federais, encaminhados ao estado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça (MJ). PÁGINA 11

Secretaria de Segurança transfere dez detentos para presídios federais

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) transferiu, no início da manhã de ontem, dez presos do Sistema Prisional do Maranhão para dois presídios federais de Segurança Máxima. Eles embarcaram em avião da Polícia Federal, sob o acompanhamento e a segurança de policiais e agentes penitenciários federais, encaminhados ao estado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça (MJ).

Do total de presos transferidos, sete foram para a Penitenciária Federal de Catanduvas, no estado do Paraná; e os outros três, para o Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul.

Todos os detentos que embarcaram são considerados de alta periculosidade pelos crimes cometidos e também por terem praticado atos violentos dentro das unidades prisionais, e inclusive alguns já estavam em trâmite processual para serem transferidos.

A transferência, segundo disse o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, é para evitar que aconteça algum motim e rebelião ou algum crime dentro das unidades prisionais do Estado, de acordo com o entendimento do Ministério da Justiça e a SSP.

A determinação é que o preso que cometer algum um ato de violência dentro das unidades prisionais seja imediatamente responsabilizado

e transferido para presídios federais, conforme convênio firmado com o Depen, que disponibilizou um total de 50 vagas para o Sistema Prisional do Maranhão.

Outros vinte detentos já haviam sido levados para o Presídio Federal no estado do Mato Grosso no mês de novembro. A secretaria adjunta de Administração Penitenciária (SAAP) informou que está analisando a transferência de mais 10 internos, em data ainda a ser confirmada juntamente com o Depen e a Vara de Execuções Criminais e Penas Alternativas.



Dois presos são conduzidos por agente penitenciário e policial federal

■ Sistema DigiDoc

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizou ontem a segunda etapa do treinamento sobre o novo sistema de tramitação de documentos e processos administrativos (DigiDoc), que será operacionlizado a partir da próxima segunda-feira, 3, no âmbito do Judiciário estadual. Com a ferramenta, os documentos e processos administrativos passam a tramitar eletronicamente, reduzindo drasticamente os custos com papel e tinta, conforme as metas 6 e 10 do Judiciário nacional. O sistema DigiDoc dispensará o uso de comunicação impressa ou digitalizada de documentos e processos. Para buscar orientação sobre a liberação do certificado digital, cadastramento de usuários e sobre o funcionamento do sistema, o servidor poderá ligar para o telefone 2106-9595 ou utilizar o e-mail digidoc@tjma.jus.br.

❖❖ O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizou ontem (30/12) a segunda etapa do treinamento sobre o novo sistema de tramitação de documentos e processos administrativos (DigiDoc), que será operacionalizado a partir da próxima segunda-feira (3/1) no âmbito do Judiciário estadual.

❖❖ Com a ferramenta, os documentos e processos administrativos passam a tramitar eletronicamente, reduzindo drasticamente os custos com papel e tinta, conforme as metas 6 e 10 do Judiciário nacional.

Detentos perigosos são retirados do Maranhão

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) transferiu, no início da manhã de ontem, 30, dez presos do Sistema Prisional do Maranhão para dois presídios federais de Segurança Máxima. Eles embarcaram em avião da Polícia Federal, sob o acompanhamento e a segurança de policiais e agentes penitenciários federais, encaminhados ao estado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça (MJ).

Do total de presos transferidos, sete foram para a Penitenciária Federal de Catanduvas, no estado do Paraná e os outros três, para o Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul.

PERICULOSIDADE

Todos os detentos que embarcaram são considerados de alta periculosidade pelos crimes cometidos e também por terem praticado atos violentos dentro das unidades prisionais, e inclusive alguns já estavam em trâmite processual para serem transferidos.

A transferência, segundo

disse o secretário de Segurança Pública, Aluisio Mendes, é para evitar que aconteça algum motim e rebelião ou algum crime dentro das unidades prisionais do Estado, de acordo com o entendimento do Ministério da Justiça e a SSP.

JOGO DURO

A determinação é que o preso que cometer algum ato de violência dentro das unidades prisionais seja imediatamente responsabilizado e transferido para presídios federais, conforme convênio firmado com o Depen, que disponibilizou um total de 50 vagas para o Sistema Prisional do Maranhão.

Outros vinte detentos já haviam sido levados para o Presídio Federal no estado do Mato Grosso no mês de novembro. A secretaria adjunta de Administração Penitenciária (SAAP) informou que está analisando a transferência de mais 10 internos, em data ainda a ser confirmada juntamente com o Depen e a Vara de Execuções Criminais e Penas Alternativas.



Agente conduz preso para dentro de avião da Polícia Federal, sob acompanhamento de autoridades policiais maranhenses